

Estudos sobre a Agricultura Familiar no Estado do Rio de Janeiro: a ausência do PRONAF na Região Noroeste Fluminense*

Eduardo Sol Oliveira da Silva**

“O povo da roça vive mais tranqüilo que o da cidade porque não tem perspectiva de vida.”

Mediador social e técnico da EMATER***

RESUMO

Este trabalho analisa a importância socioeconômica da agricultura familiar para o meio rural brasileiro. Para tanto, além de um breve retrospecto da literatura, aqui é posto em destaque a hipótese de que a agricultura familiar nunca foi seriamente discutida e nem considerada uma política pública de importância. Na tentativa de ampliar o entendimento da mesma, é proposta, neste ensaio, uma discussão sobre o significado de camponês e de agricultor

familiar. Por último, apontamos as limitações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – na Região Noroeste Fluminense, que atualmente vive com grandes dificuldades e necessita de uma política agrícola que desenvolva efetivamente o seu meio rural.

PALAVRAS-CHAVE

Agricultura familiar; políticas agrícolas; Região Noroeste Fluminense.

INTRODUÇÃO

O incentivo à agricultura familiar no meio rural brasileiro persiste como uma das principais soluções para a ascensão socioeconômica dos trabalhadores do campo, pois esta, ao fazer uso intensivo de mão-de-obra em pequenas propriedades, contribui para a diminuição do desemprego e evita o tradicional êxodo rural para as cidades. Entendemos, assim, que a realização de uma reforma agrária deveria ser acompanhada de propostas de desenvolvimento do setor agropecuário, visando não apenas à divisão da terra, mas também à diminuição efetiva da desigualdade na distribuição da renda.

A diminuição desta desigualdade pode ser alcançada, principalmente, por meio do incentivo à produção em pequenas propriedades, onde um planejamento estratégico pode resultar na obtenção de maiores rendimentos por hectare em relação às propriedades patronais¹. Além disso, esta estratégia possibilita o aumento da produção de alimentos e desenvolvimento de mercados locais.

Não obstante, o alto valor dos insumos industriais e uma política agrícola deficiente mantêm-se como grandes obstáculos a serem superados pelos agricultores familiares no Brasil. Desta forma, muitos destinam-se à procura de novas atividades para complementar a renda da família².

Este breve ensaio é o resultado de reflexões e trabalhos de campo desenvolvidos no Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense – NEGEF e divulgados em alguns congressos sobre Geografia Agrária. Aqui pretendemos apresentar algumas problemáticas acerca da agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro, tendo como estudo de caso alguns municípios da Região Noroeste Fluminense. Neste contexto, realizamos uma análise preliminar sobre a definição de agricultura familiar e a atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – como política de desenvolvimento agrícola no estado do Rio de Janeiro.

AGRICULTURA FAMILIAR: DEFINIÇÃO COMPLEXA _____

A partir da década de 90, o debate sobre a agricultura familiar obteve grande destaque no meio acadêmico, em órgãos de pesquisa e instituições do governo. A criação do PRONAF, em 1996, é um exemplo de que a produção familiar vem sendo encarada como uma possível alternativa contra a desigualdade e a pobreza³. Contudo, esta não é uma discussão recente. Já na década de 40, Caio Prado Júnior exaltava a importância da pequena produção em seus estudos. Segundo Prado Jr., o pequeno agricultor é o “elemento demograficamente estável”, justamente porque a sua propriedade não é simplesmente um negócio e sim, também, a “sua habitação, o seu lar, a sua fonte de subsistência”, com a qual constitui as suas raízes e reprodução social (Prado Jr., 1946, p. 225).

Neste sentido, é fácil imaginar que o fomento à agricultura familiar poderia estabilizar e fixar a população rural do país, promovendo, assim, a fixação do homem no campo. Porém, os governos de 1960 a 1980 preferiram implantar um modelo de desenvolvimento econômico baseado na substituição de importações⁴, no qual o objetivo era desenvolver a indústria e eliminar

as relações arcaicas da agricultura. Wenceslau Gonçalves Neto, em sua obra “Estado e Agricultura no Brasil”, argumenta que:

Para a definição dos novos caminhos da indústria – independente da alternativa adotada, nacionalista ou aberta ao capital externo –, colocava-se a necessidade de profundas alterações no meio rural, sem o que não poderia ser aprofundada a industrialização da sociedade brasileira (...) Não respondendo à altura, a agricultura se colocava como um entrave ao processo de desenvolvimento econômico, sob diversos aspectos: A ainda incipiente presença do assalariamento no meio rural apequenava as possibilidades de expansão do mercado interno de produtos industriais (...) a manutenção destas formas de produção atrasadas (parceria, meação) não tornava viável, ainda, o desenvolvimento de um setor industrial voltado para a produção de máquinas e equipamentos agrícolas, defensivos, adubos etc., insumos, enfim, de uma agricultura moderna. (1997, p. 53)

Compreendemos que esta agricultura moderna limitava-se à propriedade patronal, que tinha o Estado, por meio de suas linhas de crédito, como o grande credor do implemento tecnológico fornecido pela indústria. Conforme percebido em Caio Prado Jr. (1977), o debate sobre a agricultura familiar não é novidade no meio acadêmico, entretanto, esta não obteve muito espaço nas políticas agrícolas governamentais até a década de 90. Consideramos, assim, a seguinte hipótese: a pobreza – um dos maiores problemas da zona rural e urbana da atualidade – não teria atingido tamanhas proporções se os agricultores familiares não tivessem ficado à margem do processo de desenvolvimento durante toda a história do Brasil, principalmente a partir da década de 30.

Contudo, para um melhor entendimento dos atuais problemas do meio rural, é necessário

compreender os seus atores. Para isto, propõe-se uma discussão acerca de alguns conceitos dados ao pequeno agricultor, ao pequeno produtor, ao agricultor familiar, ao camponês, entre outras definições.

Com o aumento do número de estudos nos quais discute-se a problemática dos agricultores familiares, surge, também, uma confusão de conceitos. Muitos desses trabalhos ora tratam o agricultor familiar e o camponês como iguais, ora como diferentes. Bernardo Mançano Fernandes, por exemplo, em seu trabalho “Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar”, faz o resgate do conceito de camponês e explica que o uso do conceito de agricultura familiar muitas vezes é supérfluo e de grande força teórico-política. O autor argumenta:

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de agricultura familiar, é necessário demarcar bem o território teórico. (2002a, s/p.)

Em um outro estudo, Fernandes acrescenta que:

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição

não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalista de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito. (2002b, s/p.)

Em suas obras, Fernandes demonstra que a figura do camponês caminha desde épocas remotas e sobrevive até hoje - com relações capitalistas e não-capitalistas de produção - principalmente dentro dos movimentos sociais, como é o caso do MST – Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra. O autor opõe-se, assim, à idéia de que os agricultores familiares representam o novo, o moderno e o progresso, e os camponeses, o velho, o arcaico e o atrasado.

Devemos salientar que os conceitos de camponês e agricultura familiar são amplos e têm as suas especificidades. Assim como Wanderley (1999), consideramos que o conceito de agricultura familiar pode até incorporar o conceito de camponês por meio de uma tentativa de classificação. Segundo ela (1999), a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares; ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui como um modo específico de produzir e de viver em sociedade.

Diferente de Fernandes, a autora considera que o campesinato tradicional

tem particularidades que o especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. (Wanderley, 1999, p. 23)

Podemos ainda tecer as considerações de Henri Mendras acerca de alguns traços característicos das sociedades camponesas:

Uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global. (apud Wanderley, 1999, p.24)

A partir dessas considerações, verificamos a complexidade na definição de pequenos produtores. Seriam então agricultores familiares? Camponeses modernos?

A agricultura de propriedade familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média⁵. Desta forma, segundo a classificação da FAO/INCRA (2000) e de Molina Filho e Burke (1979), os agricultores familiares estariam classificados em três eixos: consolidados, em transição e periféricos ou de subsistência.

Os dois primeiros são produtores com maiores desenvolturas no mercado, onde a busca por assistências técnica e creditícia ocorrem com maior frequência. Neste caso, o uso de média/alta tecnologia (máquinas, insumos, defensivos etc.) é inevitável, sendo considerada uma agricultura dinâmica e de trabalhadores “qualificados” de acordo com o padrão capitalista. Esses agricultores também obtêm bons rendimentos de produtividade e lucro. Correspondem ao modelo mais próximo de uma empresa rural familiar, inseridos, contudo, em todos os padrões de agricultura familiar seguidos pelo PRONAF⁶.

No terceiro grupo, de agricultores periféricos ou de subsistência, a utilização do crédito é praticamente nula, pois as propriedades têm pouca tecnologia e produtividade. Ressaltamos, assim, que este modelo de agricultor é o que mais se aproxima do tradicional camponês, visto que não mantém uma “dependência externa” e utiliza métodos tradicionais, com sua produção vol-

tada para satisfazer as necessidades da família. A luta pela terra também é uma preocupação constante desse produtor rural, que, sobrevivendo muitas vezes como trabalhador sem terra, é obrigado a ocupar as terras do outro extremo da sociedade rural, o latifúndio. Neste último caso, a influência da questão ideológica de luta pela terra e contra a “perversidade” do capitalismo prevalece na utilização do conceito de camponês.

A REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE NO CONTEXTO DO PRONAF

Assim como as outras regiões do estado, o Noroeste Fluminense apresenta uma forte presença de agricultores familiares. Cerca de 80% das propriedades possuem um tamanho inferior a 100 hectares, fazendo com que a região tenha uma estrutura fundiária desconcentrada. Contudo, a vocação agropecuária do Noroeste Fluminense vem sendo enfraquecida devido à ausência de políticas agrícolas que desenvolvam efetivamente a agricultura familiar.

A região em tela possui o menor PIB do Estado – menos de 1% do total (CIDE) – e tem nos municípios de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua as principais referências⁷ regionais. O grande potencial da região é a pecuária leiteira, que até o início da década de 80 proporcionava bons rendimentos aos produtores de um modo geral. O fim de programas como o Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira – PDPL – e das Políticas de Preços Mínimos (ambos do Governo Federal), juntamente com a abertura do mercado em 1990, fizeram com que o custo com a produção de leite e a competitividade do produto aumentassem, reduzindo, assim, a margem de lucro de muitos produtores, principalmente daqueles considerados periféricos e descapitalizados.

Frente às dificuldades encontradas na Região Noroeste, procura-se, a seguir, discutir o papel do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – no local e

identificar os tipos de linhas de crédito que poderiam viabilizar a produção.

O PRONAF nasceu com a finalidade de possibilitar ao produtor uma linha de crédito diferenciada (juros mais baixos⁸), com pagamentos da dívida em longo prazo. Duas formas de financiamento foram criadas, o Custeio e o Investimento Agropecuário nas propriedades familiares. A primeira é utilizada para manter a operacionalização da atividade - compra de ração, pagamento de mão-de-obra etc. -, com acesso a créditos de até R\$ 5 mil, e a segunda é destinada à infra-estrutura da propriedade - compra de animais, máquinas agrícolas etc. -, com um limite de crédito de R\$ 15 mil. O grande diferencial é que no Custeio o agricultor é obrigado a pagar sua dívida a partir do ano seguinte, com juros de 4%, enquanto no Investimento há carência de até 5 anos para pagar. Isso tem sido um dilema para muitos agricultores do município de Itaperuna, pois a ausência de verba para a linha de crédito de Investimento acaba por manter o agricultor enquadrado, restando-lhe apenas o Custeio, que, na prática, não estimula o crescimento da produção e tende a endividá-lo ainda mais. Em alguns casos, os agricultores não conseguem dinheiro para pagar o empréstimo, comprometendo-se durante muito tempo. Além disto, com a redução das ações previstas pelo programa, o número de agricultores financiados é limitado, fazendo com que o PRONAF não corresponda a uma política agrícola efetivamente voltada para o pequeno produtor rural.

Em alguns casos, os recursos liberados pelo programa são utilizados de maneira indevida pelas prefeituras. Baseado no tradicional coronelismo, certos administradores utilizam o recurso para beneficiar fazendeiros e grandes proprietários de terra, que não têm problemas para conseguir financiamentos, pois possuem muito patrimônio e vastos recursos. Outro tipo de problema que prejudica a ação do PRONAF e dos agricultores familiares é o elevado número de exigências burocráticas. Muitos agricultores evitam o finan-

ciamento devido, principalmente, às garantias solicitadas pelo banco, cuja resistência em liberar recursos para o pequeno agricultor é muito grande.

Grande parte do grupo de pequenos produtores que tentam o empréstimo não foi bem sucedida em experiências de financiamento anteriores, nas quais a perda de bens (caminhonetes, máquinas agrícolas etc.) se fez necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do Rio de Janeiro apresenta problemas peculiares em relação ao meio rural. A vasta “concentração de população, de renda, de poupança, de condições de desenvolvimento” (Moreira, 2002, p. 127) na Região Metropolitana gerou um forte desequilíbrio inter-regional, com exclusão política e social de parte da população do interior. Com isso, a agricultura tem sido muito penalizada. Os agricultores familiares, como grande maioria, passam por uma grave crise devido à falta de políticas agrícolas efetivas, que poderiam ser executadas pelo PRONAF.

Além disto, para aumentar a competitividade no mercado, a atual mentalidade globalizada de produção “obriga” cada vez mais o agricultor a elevar a “qualidade” de sua produção por meio do uso excessivo de insumos industriais e defensivos agrícolas. Porém, a utilização deste tipo de recurso encarece demais o custo da produção e deixa o agricultor cada vez mais atrelado ao mercado internacional. É o que ocorre com muitos agricultores dos municípios de São José de Ubá, Cambuci e Santo Antônio de Pádua – juntos possuem a maior produção de tomate do estado do Rio de Janeiro –, que, além de estarem distantes da Região Metropolitana (grande centro de consumo), vêm perdendo competitividade no mercado regional devido ao alto valor dos insumos provenientes do mercado externo e que estão vinculados às oscilações da moeda internacional.

Desta forma, percebemos a falta de uma política governamental de subsídios voltada para o

agricultor familiar que não prime apenas pelo lucro ou pela competitividade, mas que lhe assegure qualidade de vida por meio de uma prática agrícola socialmente eficaz (Souza, 2002). Destacamos todos esses elementos como alguns dos não contemplados pelo PRONAF, que acaba por privilegiar o agricultor competitivo e excluir aqueles que não podem atingir os padrões de produtividade e rentabilidade exigidos pelo modelo modernizador.

NOTAS

* Este trabalho faz parte de uma pesquisa chamada "Agricultura Familiar no Estado do Rio de Janeiro", que vem sendo desenvolvida no Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense – NEGEF. O autor expressa sua imensa gratidão ao orientador desta pesquisa, professor Glaucio José Marafon, pela forma extraordinária com que conduziu o curso de Geografia Agrária do Brasil. Artigo aceito para publicação em janeiro de 2003.

** Acadêmico do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e bolsista do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense – NEGEF. E-mail: edusol99@bol.com.br.

*** O autor também agradece aos técnicos e extensionistas que compõem o quadro da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RJ – pela grande parceria que vêm mantendo com os pesquisadores desta universidade.

¹ As propriedades patronais podem ser divididas em Latifúndio e Empresa Capitalista. O Latifúndio define-se como uma grande extensão de área improduti-va, com cultivos animais e vegetais extensivos ou, mesmo, sem cultivo. A Empresa Patronal Capitalista é uma propriedade cuja produção é voltada para o mercado, usando mão-de-obra contratada em número maior do que nas propriedades familiares; são semi-especializados (duas ou três atividades para obtenção de renda: culturas de lavoura de verão e inverno, bovinocultura de corte, ovinocultura ou outra atividade, sempre em grande escala). (Blum, 1999).

² A disponibilidade de empregos fora da propriedade (sobretudo nas atividades doméstica) permite reestruturar a divisão interna do trabalho familiar e adequar a unidade agrícola ao mercado de trabalho não-agrícola. A pluriatividade, neste sentido, parece

ser ao mesmo tempo uma causa e uma consequência da agricultura de tempo parcial. (Schneider, 1999).

³ Salientamos que é um equívoco achar que a diminuição da pobreza engendra por si só a redução das desigualdades. De acordo com Veiga (2002), a desigualdade pode até piorar enquanto cai a pobreza. Um crescimento econômico ininterrupto, que aumente o nível de renda de todas as camadas da população, preserve ou eleve as disparidades entre pobres e ricos, brancos e negros, ou entre aglomerações urbanas e microrregiões rurais.

⁴ "O processo de substituição das importações pode ser entendido como um processo de desenvolvimento 'parcial' e 'fechado' que, correspondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos". (Tavares, 1963).

⁵ As propriedades não podem ter mais do que quatro módulos fiscais.

⁶ A direção dos trabalhos é exercida pelo produtor; sem empregados permanentes e com número médio de empregados temporários menor ou igual a quatro, ou com um empregado permanente e número médio de empregados temporários menor ou igual a três.

⁷ A Região Noroeste Fluminense é composta por duas microrregiões – Itaperuna e Santo Antônio de Pádua – e treze municípios: Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Lage do Muriaé, Natividade, Porciúncula, Varre-Sai (microrregião de Itaperuna), Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá (microrregião de Santo Antônio de Pádua).

⁸ O PRONAF tem juros de 4% ao ano, enquanto outros programas de financiamento cobram em média 9% de juros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Orgs.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 406p. p. 57-104.
- FERNANDES, B. M. *Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar*. João Pessoa: AGB, 2002a. (CD-ROM)
- _____. *A questão agrária no limiar do século XXI*. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org.br/agbnacional>>. Acesso em: 28 nov. 2002b.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 245p.

MOLINA FILHO, J.; BURKE, T. J. *Fundamentos teóricos e instrumentos para a assistência à agricultura*. Piracicaba: Esalq, 1979. 86p.

MOREIRA, R. et al. Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO O ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: OLHANDO PARA O FUTURO, 2002, Niterói. *Anais* Niterói: IGEO/EDUFE, 2002. p. 127-132.

PRADO JR., C. Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural (1946). In: *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10. ed., São Paulo: Brasiliense, 1977.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FAO/INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília: MDA/INCRA, 2000.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 205p.

SOUZA, A. B. de. Notas sobre agricultura familiar e sustentabilidade. *Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 33-45, set. 2002.

TAVARES, M. da C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963, p. 27-124.

VEIGA, J. E. da. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/biblioteca>>. Acesso em: 25 nov. 2002.

_____. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002. 304p.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 406p. p. 21-55.

ABSTRACT

This article analyzes the socioeconomic importance of the family agriculture for the Brazilian rural zone. For so much, besides a brief retrospective look of the literature, here it is put in prominence the hypothesis that the family agriculture was never discussed seriously and nor considered as a public politics of importance by the government. In an attempt of enlarging the understanding of the same ones, it is proposed in this text,

a discussion of the meaning of peasant and family agriculture. Last, we pointed the limitations of PRONAF – National Program of Family Agriculture in the Fluminense Northwest that now lives with great difficulties and needs an agricultural politics that it develops the farmers of the area indeed.

KEYWORDS

Family agriculture; agricultural politics; Northwest Fluminense Region.

